



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

TAMARA BARBOSA OLIVEIRA

ME VÊ DIFERENTE... ME VÊ NORMAL...

Cachoeira – BA
2018

TAMARA BARBOSA OLIVEIRA

ME VÊ DIFERENTE... ME VÊ NORMAL...

Nota técnica do Trabalho de Conclusão de Curso no formato de produto tecnológico (documentário curta metragem) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo

Cachoeira – BA

2018

OLIVEIRA, Tamara Barbosa.

Me vê diferente... Me vê normal... / Tamara Barbosa Oliveira. – Cachoeira-Ba, agosto de 2018.

28f

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS, agosto de 2018.

TAMARA BARBOSA OLIVEIRA

ME VÊ DIFERENTE... ME VÊ NORMAL...

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 30 de Agosto de 2018.

Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo - Orientador

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

MSc. Emanuelle Santos Silva

Mestra em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Diretora de Prevenção e Redução de Riscos e Danos / Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social / Governo do Estado da Bahia

Profa. Dra. Daniela Abreu Matos

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais
Profa. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	8
2.1 Objetivo Geral	8
2.2 Objetivos Específicos	8
3. PROBLEMA	8
4. CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS	9
4.1 População em Situação de Rua	9
4.2 (Des) proteção Social	11
4.3 Assistencialismo	12
4.4 Exclusão Social/ Pobreza	14
4.5 Representação Social	15
4.6 Relações Sociais	17
4.7 Drogas: Proibicionismo X Redução de Danos	18
5. DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO	20
5.1 Detalhamento do método utilizado	20
6. LIMITAÇÕES ENCONTRADAS	21
7. DELINEAMENTO DO PRODUTO	22
7.1. Formato	22
7.2. Duração	23
7.3. Sinopse	23
7.4. Ficha Técnica	23
7.5. Personagens	24
7.6. Roteiro	25
7.7. Público-alvo	26
7.8. Processo de Edição	27
7.9. Veiculação	27
7.10. Orçamento	27
8. RESULTADOS ESPERADOS	29
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

1. INTRODUÇÃO

As pessoas em situação de rua representam atualmente uma grande parcela da sociedade brasileira. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), entre 2007 e 2008, constatou-se um total de 31.922 pessoas sob esta condição. A pesquisa excluiu os municípios de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília, por estes terem publicado suas próprias pesquisas.

Segundo dados disponibilizados pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) esse número aumenta consideravelmente para 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil em 2015 (BRASIL, 2016).

Estima-se que vários são os motivos associados às razões que levam algumas pessoas a vivenciar situações de rua. O que as caracterizam é seu relacionamento com a rua, ao executar atividades da vida cotidiana nos espaços públicos. (BRASIL, 2008).

A população muitas vezes possui condições inadequadas de habitação, passando por um processo de desumanização durante sua rotina diária, tendo seus direitos violados. Sem acesso a direitos básicos a saúde, educação, alimentação, moradia, trabalho formal, entre outros, vivenciam situações de extrema vulnerabilidade e desproteção social. A perda de vínculos familiares e comunitários, a violência, o uso abusivo de drogas, os preconceitos e estigmas, entre outros fatores, agravam ainda mais tais situações.

Desta forma, criar vínculos com outras pessoas torna-se opção de garantia a subsistência. O problema é que, em alguns casos, esses vínculos são carregados de preconceitos e estigmas, gerando relações assistencialistas e de exploração.

Este documentário (curta metragem) retrata essas questões a partir de depoimentos de pessoas em situação de rua, lideranças políticas e religiosas, gestores públicos e comerciantes de Santo Antônio de Jesus – BA. Para mostrar como a ausência do Estado na oferta de políticas públicas voltadas a garantia de direitos da população em situação de rua, fortalece o desenvolvimento de ações assistencialistas e de exploração.

Santo Antônio de Jesus, fica situada no Recôncavo Baiano, à 187 quilômetros de Salvador. Possui 102.469 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística para 2016, sendo considerada de médio porte. Destaca-se na região pelo comércio forte que atrai muitos que vão em busca de oportunidades de emprego e estabilidade. O insucesso quanto a busca de trabalho, faz com que algumas pessoas vivenciem situações de vulnerabilidade, levando ao desenvolvimento de atividades ilegais como a venda de drogas, empregos informais e subempregos como de guardador de carros, limpeza de vidros e calçadas das lojas no centro comercial, entre outros. “Essas últimas são exercidas de forma exclusivamente autônoma, sem nenhuma garantia trabalhista” (SJDHDS, 2016, p.127).

Além disso, questões religiosas, relacionadas a pobreza, ao uso nocivo de drogas, transtornos mentais, violência familiar e conjugal, entre outros fatores, justificam o aumento significativo de pessoas vivendo em situação de rua no referido município.

Diante dos fatos, é importante observar que a cidade não dispõe de serviços especializados (como abrigos, casas de passagem, Centro Pop e etc.) para pessoas em situação de rua. A falta destes equipamentos públicos, os inserem num cenário de maior desproteção social e desvela as dificuldades enfrentadas por esse grupo quanto ao acesso à serviços essenciais, por exemplo, serviços de saúde e assistência social.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º assegura que todo cidadão tem direito a uma vida digna, determinando que é dever do Estado prover os mínimos necessários para isso. A população em situação de rua deve ter a prioridade nas ações governamentais quanto à garantia dos direitos sociais. Apesar disso, verifica-se certo distanciamento entre os princípios legais e a materialização dos direitos, pois a ausência e/ou precarização dos serviços públicos desvela-se na medida em que o Estado não tem garantido direitos sociais de modo universal.

No intuito de encontrar soluções que possibilitem enfrentar a realidade pelas quais atravessam as pessoas que fazem da rua seu espaço para viver, estas buscam estabelecer vínculos com pessoas, grupos religiosos, instituições filantrópicas, comerciantes entre outros. Esta aproximação revela que “[...] nesta situação, os laços sociais são fundamentais para a construção de possibilidades de enfrentamento de dificuldades” (SILVA, 2010, p.136). A rua torna-se a partir daí palco das relações sociais entre a referida população e a sociedade local.

Diante do exposto este Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologia em Gestão Pública teve por objetivo revelar a percepção das pessoas em situação de rua,

gestores públicos, lideranças políticas, religiosas e comerciantes de Santo Antônio de Jesus, sobre suas representações sociais referentes a quem é a população em situação de rua, as causas que levam a isso e as necessidades que possuem.

Com vistas à concretização do objetivo, desenvolveu-se um documentário (curta metragem), como produto tecnológico de gestão pública. Entende-se que esta ferramenta é a forma mais impactante de demonstrar como vive a população em situação de rua, o que fazem para sobreviver, como estabelecem relações sociais e vínculos com os comerciantes locais, instituições religiosas, entre outras. O filme foi escolhido por ser uma ferramenta que possibilita ao espectador se aproximar e conhecer esta realidade, ouvir e dar voz aos personagens. Sua intenção é explicitar às representações sociais da população em situação de rua que circula pelo centro de Santo Antônio de Jesus, contribuir para dar visibilidade ao problema público e para a produção de estudos sobre o tema, logo, para conhecimento e compreensão do leitor.

A escolha do tema surgiu de uma inquietação pessoal enquanto cidadã santoantoniense ao perceber que o poder público, bem como parte da sociedade local, mantém certa resistência e distanciamento da população em situação de rua, o que torna a vida desse grupo ainda mais difícil por falta de qualquer proteção social. Com a ausência do poder público local observa-se uma relação de aproximação entre as pessoas que vivem em situação de rua no centro da cidade e instituições religiosas, comerciantes locais, bem como parte da sociedade. A formação destes vínculos pode se dar em razão da subsistência, segurança física e alimentar, remissão de pecados, evangelização, entre tantos outros motivos que justificam essa relação.

De outro lado, alguns rejeitam este grupo vulnerável, os ignoram ou simplesmente não os enxergam. Isso mostra que vivem um conflito entre o desprezo e a “ajuda”. Logo, é preciso discutir a ausência do Estado na oferta de políticas públicas voltadas a garantia de direitos da população em situação de rua. Isso fortalece o desenvolvimento de ações assistencialistas e de exploração no qual essa população enfrenta diariamente.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Revelar a percepção das pessoas em situação de rua, gestores públicos, lideranças políticas, religiosas e comerciantes de Santo Antônio de Jesus, sobre suas representações sociais referentes a quem é a população em situação de rua, as causas que levam isso e as necessidades que possuem.

2.2 Objetivos Específicos:

1. Investigar a opinião de lideranças políticas e religiosas sobre as pessoas em situação de rua.
2. Identificar as ações sociais voltadas para as pessoas em situação de rua e seus efeitos positivos e negativos.
3. Compreender como a sociedade entende as causas que levam as pessoas a estar em situação de rua e as ações de “ajuda” e garantia de direitos.

3. PROBLEMA

“Sem direito a ter direitos”, pressupõe-se que a população em situação de rua das cidades brasileiras, com foco em Santo Antônio de Jesus, passa por um processo de desumanização durante sua rotina diária. Tendo vínculos familiares e comunitários fragilizados e/ou rompidos, novas relações sociais são criadas na rua, no âmbito das noções privadas sobre o que as pessoas em situação de rua necessitam, gerando situações que vão do assistencialismo à exploração, da ajuda à garantia de direitos. Nesse sentido, o problema endereçado que gerou esse filme e seu argumento foi: Quais as visões e preconceitos sobre as pessoas em situação de rua em Santo Antônio de Jesus – BA para as pessoas que convivem com estas e como essas relações se manifestam em ações de ajuda, assistencialismo ou garantia de direitos?

4. CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS

A perspectiva teórica deste trabalho encontrou bases nas obras de Silva (2010), Costa (2005), Castel (1998), Almeida e Rizzotti (2016), Araújo e Silva (2017), entre outros, que proporcionaram por meio das suas discussões estudar o fenômeno população em situação de rua, revelar o contexto da rua com as diversas práticas e táticas de sobrevivência, desvelar a exclusão social vivenciada por esse grupo e as muitas problemáticas que envolvem “morar” e estar na rua.

4.1 População em Situação de Rua

A população em situação de rua é um grupo populacional que cresce consideravelmente em diversas cidades do mundo, mas, contraditoriamente, são invisibilizados e, em alguns casos esquecidos pela sociedade e pelo Estado. Vivem constantemente situações de violência física, moral, verbal e psicológica, sofrem todo o tipo de violação de direitos humanos. A população em situação de rua é definida como:

Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia (COSTA, 2005, p.03)

Nos censos oficiais de contagem populacional do Brasil não há informações que correspondem a essa população. As justificativas são “falta de referência e moradia” além do nomadismo, que podem alterar os resultados finais do processo. (COSTA, 2005, p.05).

Uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

à Fome/MDS, em 2009, estimou que, entre 2007 e 2008, 31.922 mil pessoas viveram em situação de rua no Brasil. Este estudo também divulgou que essa população é majoritariamente masculina, negra, composta principalmente por um grupo heterogêneo de guardadores de carro, catadores de materiais recicláveis, malabares, egressos do sistema prisional, pessoas com sofrimento psíquicos e pedintes que desenvolvem atividades laborativas como alternativas de sobrevivência.

É importante ressaltar que o país não dispõe de dados oficiais sobre a população em situação de rua, apenas estimativas. Isso revela o quanto "esta ausência prejudica a implementação de políticas públicas voltadas para este contingente e reproduz a invisibilidade social". (IPEA, 2016, p.5)

Conforme destacam Kunz, Heckert e Carvalho (2014) e Aguiar e Iriart (2012), as características em comum nesse grupo são baixa escolarização, o desemprego, ruptura com padrões mercadológicos e a ausência de domicílio fixo. Isso favorece a adesão aos chamados subempregos – catador de materiais recicláveis, flanelinha, auxiliar na construção civil etc. –, consideradas atividades informais, geralmente sem registro na Carteira de Trabalho nem profissão formalmente estabelecida. Esse fato traduz o modelo de desenvolvimento do país que exclui a mão-de-obra pouco qualificada e que não impede por completo a garantia pela sobrevivência, sobretudo, não garante o básico necessário a uma vida digna.

Com relação aos espaços públicos, sobretudo os centrais, estes estão cada vez mais reduzidos e segregados. As luxuosas construções acabam por despejar a população vulnerável de praças, prédios e marquises, dessa forma tem reforçado a discriminação e o isolamento social. Isso porque, tais construções são erguidas com características que oferecem segurança aos proprietários e a população em condição de rua não pode se aproximar.

Os albergues, abrigos e casas de passagem seguem a mesma lógica do distanciamento. Em alguns lugares esses equipamentos ficam afastados dos grandes centros, indo de encontro a lógica da proteção social que estabelece que deveriam ter localização estratégica, de fácil acesso à população em situação de risco e vulnerabilidade.

Alguns integrantes deste grupo social preferem se abrigar nestes locais para garantir a própria segurança, também pelo conforto de ter uma cama para dormir, por hábitos de higiene, entre outros motivos.

Outros, rejeitam os abrigamentos por diversas razões, tais como excesso de regras, ausência de sociabilidade, pouca ou nenhuma organização institucional ou até por falta de camas nos alojamentos e recorrem às calçadas, prédios e carros abandonados, jardins, praças públicas dentre outros.

Como estratégias de segurança, os que passam as noites ao relento dormem em grupo e alguns permanecem acordados. O motivo de tanta insegurança provém do comportamento violento de parte da população bem como da polícia para com as pessoas que vivem o cotidiano das ruas.

Tal conduta parte do pressuposto de que as pessoas em situação de rua promovem a violência e são responsáveis por parte da desordem social, devido sua relação com o tráfico de drogas e a mendicância.

O entendimento popular sobre a violência quase sempre está relacionado ao combate às drogas, à violência, e comportamentos desarrazoados. As duras repreensões sofridas por indivíduos em situação de rua demonstram claramente a posição hierárquica dos que cumprem a lei e a posição subordinada destas pessoas. Tal quadro reflete “o pensamento socialmente hegemônico, o qual está longe de assegurar a essa população a condição de detentora de direitos humanos”. (COSTA, 2005, p.11)

4.2 (Des) proteção Social

O Estado, responsável por manter a ordem social, tem o papel de intermediar os conflitos de interesses entre classes, assim como, atender as demandas e reivindicações das camadas sociais opostas. Entretanto, a atuação estatal se mostra constante nos tratos com a classe dominante, que exerce poder de influência sobre as subalternas em nome da acumulação capitalista. A desproteção do Estado para com as classes vulneráveis é estrutural e histórica. Ela causa um processo de desfiliação e ausência protetiva por não oferecer as devidas “condições para a reprodução social da força de trabalho, na qual resultou e ainda resulta, precarização das condições de vida dos indivíduos” (ALMEIDA, RIZZOTTI, 2016, p. 125).

Para Almeida e Rizzotti (2016, p. 126), esse contexto “contribuiu para o alargamento da desigualdade social e o comprometimento da vida dos trabalhadores”. Nessas circunstâncias, aumenta-se a população em situação de rua, caracterizada pela pobreza extrema, pela ausência de direitos e proteção social, inserção em

ambiente de risco e acúmulo de problemas sociais. O poder público, responsável pela proteção dos indivíduos fragilizados pelas mazelas sociais, vê-se obrigado a tomar providências, a fim de amenizar o problema de grande relevância. Surgem assim, as políticas públicas especializadas e medidas emergenciais para garantia dos serviços públicos às pessoas em situação de rua.

Como medida inicial de emergência, criam-se os albergues que, para Costa (2008, p. 211) “tornou-se a principal política pública para a população de rua, sendo que atualmente seu objetivo é servir como lugar de abrigo emergencial para este contingente.” Tais estratégias são alvo de duras críticas principalmente quando se denuncia as precariedades estruturais da maioria dos albergamentos do país. São locais que concentram todo tipo de pessoas num mesmo espaço, - com problemas psíquicos, com deficiência, em conflitos com a lei, que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, acometidas por doenças infecto contagiosas. Enfim, rejeitados com as vidas fracassadas pelo sistema capitalista.

Isso acontece porque antes de pensar uma intervenção é necessário conhecer a realidade dos envolvidos para ter plena capacidade de se desenhar políticas adequadas. Quanto a isso, se reflete sobre a responsabilização do aparelho Estatal frente aos indivíduos que estão totalmente imersos num contexto de vulnerabilidade e desproteção, que vivem em condições precárias de vida e que deveriam ter prioridade na oferta de serviços públicos de qualidade (COSTA, 2008). Quando as coisas ocorrem da maneira correta, ou seja, de acordo com a lei, Almeida e Rizzotti (2016, p. 129) elucidam que a proteção ofertada pelo Estado, passa a ser “compreendida como um meio para o alcance do direito de proteção da pessoa humana, da qual o princípio da cidadania, da justiça e da equidade social devem ser balizas para sua materialização”.

4.3 Assistencialismo

Em tempos remotos o ato de ajudar os mais necessitados era considerado uma obrigação cristã e fortemente disseminada no meio religioso. Por medo ou respeito às crenças, aqueles que desejavam encontrar o caminho da salvação após a morte, tinha que ter sua cota de caridade a executar durante a vida. O ditado popular “*quem dá aos pobres, empresta a Deus*” é considerado um ato de piedade cristã.

A lógica da caridade/doação, da filantropia e do assistencialismo estão imbricadas na sociedade até os dias de hoje e pauta muitas relações entre pessoas de classes distintas. A diferença entre ambos os conceitos está não na ação propriamente dita, até porque eles se confundem entre si, mas na forma como se realizam essas ações. Logo, Moraes, Tavares e Souza (2017) explanam que a caridade tem forte ligação com a religião. Por se tratar de uma obra piedosa, o doador abdica da vaidade dando valor ao anonimato. O assistencialismo é ajuda momentânea, sem compromisso com o futuro do indivíduo. É algo que aprisiona o receptor e não lhe permite alcançar o status de independência. Quanto à filantropia, tem forte caráter político, pressupõe um gesto de utilidade, e tem na publicidade uma forma de divulgação de suas ações e obras.

Muitas ações desenvolvidas segundo a ótica da piedade, caridade e filantropia, são qualificadas como assistencialistas. Desta forma pode-se caracterizar como ações que não emancipam os “beneficiários”. Pelo contrário, reforçam a condição de submissão às quais eles se encontram, tendem a manter o problema e inviabilizam a saída das ruas.

Ao longo dos anos, surgiram muitas organizações da sociedade civil demonstrando preocupação com o meio social, com intenções e propostas solidárias de atendimento aos mais carentes. Contudo, em alguns casos, são “de cunho assistencialista, distantes, portanto, da noção de política pública, enquanto direito dos cidadãos e dever do Estado” (COSTA, 2005, p.06).

Devido à cultura assistencialista, ainda viva em nossa sociedade, os serviços de Assistência Social são por vezes confundidos com voluntarismo em razão do contexto histórico que marca a trajetória dos serviços prestados à população, nos quais outrora, eram caracterizados por expressões piedosas. Conforme destacado por Sposati (2004), o que denuncia o processo de reconhecimento e mérito do que poderia ser considerado socialmente vulnerável, quando afirma que “o demandante é submetido a testes de meios para ter a provisão de sua necessidade sob seu próprio custeio. Só então será considerado como necessitado com mérito de acesso e não como cidadão com o direito de ter sua provisão assegurada” (SPOSATI, 2004, p.05). Costa (2005) ratifica que essa tradição tem origem na cultura de tratar os serviços sociais como benevolência ou como favor e não como direitos.

Sendo assim, as pessoas que vivenciam o cotidiano das ruas passam por carência absoluta e necessidades reais. Com isso dependem da solidariedade

humana e também recorrem a rede de serviços socioassistenciais que, em muitos territórios, prestam serviços limitados, como é o caso de Santo Antônio de Jesus. Considerando que cotidianamente esse público precisa satisfazer necessidades básicas como se alimentar, se higienizar, entre outras questões que envolvem a subsistência, eles têm que recorrer a opções alternativas e criar laços com pessoas e organizações. O problema em questão é que, em muitos casos, esse comportamento abre brechas para relações assistencialistas e de dependência entre doadores e beneficiários, podendo retardar ou dificultar a “procura de serviços da rede de Assistência Social, ou mesmo para a saída das ruas” (COSTA, 2005 p.13).

4.4 Exclusão Social/ Pobreza

Nos anos 90, a conjuntura social brasileira passou por uma série de modificações em que o desemprego e a pobreza alcançam grandes dimensões na vida da classe que vive do trabalho. A noção de exclusão social ganha força adquirindo novos formatos, conforme explana Silva (2010). Leal (2004) diz que neste momento o assunto torna-se importante na mídia, cresce o número de ONGs voltadas para tratar das expressões da questão social e os governos passam a assumir mais compromissos com a resolução dos problemas públicos sociais.

A exclusão pode significar rupturas de vínculos e/ou ausência de direitos. Pode estar intimamente relacionado ao conceito vulnerabilidade, ao passo que este, se associa “[...] à ideia de incapacidade de certos indivíduos, grupos ou comunidades responderem a certas situações de risco” (LEAL, 2004, p.13).

Neste contexto, o referido autor argumenta sobre três significados para pensar a exclusão: ruptura de laços sociais, inserção precária no mercado de trabalho e exclusão das questões política e social. A participação e, portanto, inclusão nestas três categorias, não é só um dever, mas também um direito do cidadão.

Os excluídos são vítimas da exploração capitalista, que os empurra para condições precárias de trabalho, transforma-os no que Nascimento (2000) apud Silva (2010, p. 143) chamou de exército de reserva. Isso fica evidente no atendimento às pessoas em situação de rua que, por vezes, reclamam da falta de oportunidade de emprego e da baixa qualificação profissional, obstáculos para mudança de vida.

Costa (2005) argumenta que devido a situação de rua essas pessoas são fragilizadas. Por isso assumir compromissos como cumprimento de carga horária, assiduidade, pontualidade, abstinência do uso de álcool e drogas, entre outras coisas possíveis de tornar o sonho do trabalho regular em uma realidade é um desafio.

A vulnerabilidade, bem como a pobreza causadas pela privação de recursos financeiros levam as vítimas da adversidade a lutar pela sobrevivência. Com relação ao conceito de pobreza, pode-se entender o pobre como sendo:

Aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação de meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. (MORAES, TAVARES E SOUZA, 2017, p.33).

Sendo a condição salarial um fator determinante para ascensão econômica, o desemprego reforça a situação de vulnerabilidade que os arrastam para a pobreza. Logo, não terão condições suficiente para mudar ou melhorar de vida. Nascimento (2000, p.38) descreve tal situação como sendo uma “violência social cometida contra os pobres” que causa mal-estar em toda uma sociedade.

4.5 Representação Social

As representações sociais, segundo Moscovici (2007), dizem respeito aos sistemas de valores e práticas que orientam os indivíduos e têm por base o senso comum criado pela própria sociedade. Em se tratando das pessoas que usam os logradouros para sobreviver, essas representações são carregadas de estigmas e preconceitos tanto por parte da população em geral quanto do poder público, que os coloca em uma posição de marginalidade perante os demais seres sociais.

Por meio das representações negativas, a sociedade os vê como usuários de drogas, perigosos, andarilhos, entre outros. Isso é “advindo das percepções, ideias,

atribuições e respostas que são estimuladas no ambiente físico em que vive a sociedade” (FERREIRA E ALVES, 2015, p.14)

As representações pejorativas não se encerram nisso. Entre elas estão termos como vagabundos e preguiçosos, são normalmente adotados como forma de legitimação do trabalho formal e não reconhecimento do trabalho informal realizado por muitos destes indivíduos, apesar de alguns deles recorrerem às esmolas, caridades, pequenos furtos, ou em atividades rentáveis. Muitos são considerados como loucos e insanos. Isso atribui “normalidade” a um modo de vida ideológico, padronizado. Quem foge desse protótipo é considerado um ser anormal (MATTOS, FERREIRA, 2004).

Ainda há representações que são muito associadas a essas pessoas como sujos e mau cheirosos. A falta de higienização é um conceito clássico que sempre esteve ligado a pessoas que habitam às ruas. A visão higienista da sociedade não os deixa ver que esse hábito não é um direito garantido a todos (MATTOS, FERREIRA, 2004).

Pela visão estigmatizada, muitos consideram a população em situação de rua como perigosos. Poucas pessoas se associam com quem faz das ruas seu espaço de convívio. Muitos receiam ser assaltados, importunados, violentados e até mesmo infectados por doenças contagiosas. “É construída uma imagem demonizada do “outro”, associada a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade, servindo de legitimação a uma ruptura de contrato social” (NASCIMENTO, 2000, p.39).

Estes fatos podem estar relacionados à cultura popular de que todo pobre é um criminoso em potencial. Mattos e Ferreira (2004) escreve que a relação que se estabelece entre pobreza, violência e delinquência, faz com que as pessoas vejam os sujeitos em situação de rua como uma ameaça.

A estigmatização sofrida pela população de rua impede sua evolução, acirra as desigualdades sociais e acentua a diferença entre ricos, pobres e miseráveis. O preconceito apreendido socialmente traz à tona um rótulo que desconsidera os aspectos humanitários. Além de afundá-los no lamaçal da violação de direitos representado pela falta de acesso a emprego, saúde, segurança, educação, alimentação, assistência e moradia.

4.6 Relações Sociais

Em meio a um processo de marginalização, os sujeitos que vivem em situação de rua são rejeitados por parte do mundo à sua volta. Embora dividam o mesmo espaço com o restante da população, não interagem socialmente com ela. São desfilados dos laços afetivos, sociais e culturais e abandonados à própria sorte. Os corpos maltratados tornam-se símbolos do estigma social, causam “chagas” na mente, alma e corpo da população invisibilizada.

O cotidiano da rua apresenta adversidades, como, por exemplo, fome, frio, contato com dejetos, exposição às doenças, entre outros. Mas, o tratamento a eles dispensado pelas pessoas domiciliadas, que além de tratar-lhes com estranhamento, os estigmatizam e isolam, demonstram que as limitações materiais parecem lhes causar menos impacto do que as problemáticas encontradas em tais relações, principalmente no que se refere ao isolamento social. Costa (2005) argumenta que a perda de laços interfere negativamente na vida do indivíduo e compromete até mesmo sua sanidade mental, o que os fazem interiorizar sentimentos de desfiliação social e não pertencimento.

Construir laços afetivos é uma tarefa desafiante, especialmente quando se trata de grupos com características diferentes. “Estar incluído, sentir-se pertencendo à sociedade e planejar o próprio futuro depende de uma mudança de atitude social no sentido de acolhimento” (COSTA, 2005, p.14). Talvez por esta razão, a população em situação de rua busca criar vínculos com os que compartilham da mesma experiência, a vida na rua.

Observa-se que dentro da estrutura social, mesmo vivenciando circunstâncias adversas, cada um com perspectivas e desejos diferentes, ambos os grupos necessitam manter relações simbólicas e de parceria no meio social. “Trata-se de uma negociação, um palco de encenação no qual atores sociais desempenham papéis na intenção de solucionar problemas e exigências reais” (SILVA, 2010, p.146). Isso fica evidente entre a população em situação de rua de Santo Antônio de Jesus e os que estabelecem aproximação com eles, a exemplo dos comerciantes, grupos religiosos, técnicos dos serviços de assistência social e a população domiciliada. Para objetivar a aproximação com as pessoas em situação de rua que circulam pelo centro, os comerciantes locais geralmente observam quais são residentes fixos na cidade, quem se mostra menos agressivo, quais aparentemente faz uso moderado de álcool e

outras drogas. A partir daí começa a distribuição de água, alimentos, roupas etc.

Esse processo de comunicação e doação é quase sempre atrelado a uma moeda de troca, por exemplo, não afugentar a clientela, impedir aglomeração de outras pessoas em situação de rua na porta do comércio, vigiar os carros de clientes que estacionam nas intermediações do centro comercial.

As instituições religiosas geralmente fazem doações de alimentos. Distribuem sopa, mingau, café e pão. Esse ato é quase sempre atrelado a evangelização. Muitos religiosos acreditam que um dos diversos motivos que leva a pessoa a vivenciar a situação de rua, é a falta de Deus. Por esta razão, os convidam para assistir aos cultos religiosos e participar de curas e libertação dos vícios.

Quanto a relação entre a população em situação de rua de Santo Antônio de Jesus e os técnicos dos serviços de assistência social, esta é, na maioria das vezes, rodeada de descrença. Não há estratégias de abordagens e os atendimentos são esporádicas e circunstanciais, geralmente as abordagens de rua tem alguma motivação, por exemplo, quando acionados pelo Ministério Público e/ou Conselho Tutelar, denúncias anônimas ou campanhas de conscientização.

Já com a população domiciliada que reside aos arredores dos locais de concentração deste grupo, a relação é carregada de afetos e desafetos. Uns oferecem água, alimento, cobertores, roupas e sapatos usados, insumos e serviços domésticos. Outros não querem contato, preferem distância, tratam como se fossem “lixo social”.

4.7 Drogas: Proibicionismo X Redução de Danos

O consumo abusivo de drogas vem ocupando espaço no meio social brasileiro e tem fomentado discussões nos diversos espaços de socialização e troca de conhecimento.

Desde a antiguidade o uso de substâncias psicoativas (SPA) é bastante comum em rituais, terapias e recreações, observamos também sua utilização para fins medicinais (SILVA, 2010).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), droga é toda substância não produzida pelo organismo que provoca alterações no corpo humano. “A dependência das drogas é transtorno onde predomina a heterogeneidade, já que afeta as pessoas

de diferentes maneiras, por diferentes razões, em diferentes contextos e circunstâncias” (BRASIL, 2004, p.8).

Ademais, não se pode caracterizar o uso de drogas por si só como algo benéfico ou maléfico, pois seu uso pode ter diversas finalidades, por exemplo, o tratamento de doenças ou a procura pelo prazer. Entretanto, as drogas passaram a ser considerada um malefício social na medida em que seu consumo cresceu, banalizou-se e passou a permear todas as classes sociais.

Podemos apontar que um dos elementos que caracterizou o uso de drogas como um problema social a partir do século XX, foi o aspecto moral, desencadeado do movimento mundial, para a proibição e controle de determinadas drogas, liderado pelos EUA. Esse movimento nomeado como proibicionista, representou um novo olhar dos governos sobre as drogas e, conseqüentemente, a criação de legislações mais rigorosas e punitivas. (SILVA E ARAÚJO, 2015)

Silva (2016) argumenta que um conjunto de fatores como desenvolvimento do cristianismo, relações internacionais de comércio e conceitos médicos, compôs o modelo proibicionista que tem como principais objetivos banir a fabricação e consumo das SPA. É interessante destacar que ainda assim, o consumo e o tráfico de drogas têm se mostrado cada vez mais presentes nas comunidades brasileiras.

O álcool e as drogas se inserem cada vez mais na realidade das ruas, por diversos motivos: para amenizar a dor de quem vive a realidade das ruas, para minimizar a fome, com o intuito de comemorar, socializar, etc. Costa (2005), elucida que o álcool e outras drogas integram o estilo de vida de quem subsiste à rua.

Alguns destes indivíduos já faziam uso de SPA antes mesmo de passar a viver o cotidiano das ruas, outros assim o fizeram após vivenciar tal experiência. A discussão é que esses sujeitos têm direito de escolha. Nesta perspectiva, o Estado deve realizar ações que visam ao invés da proibição, a redução dos efeitos nefastos do uso abusivo de drogas. Assim se conduzem as ações de Redução de Danos (RD), que tem como particularidade práticas de cuidado nas cenas de uso de drogas, assim como reflexões e intervenções políticas (SJDHDS, 2016).

Nota-se, que a situação de rua e o uso de drogas são tratados como uma questão de limpeza urbana, o que desconsidera a questão como problema social e que, sendo assim, exige providências no sentido de priorizar o respeito à vida e a dignidade de todos os cidadãos, independente da sua condição social.

5. DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

5.1 Detalhamento do método utilizado

Com vistas a concretização dos objetivos, se fez necessário realizar um conjunto de atividades, as quais serão detalhadas a seguir.

A primeira etapa foi pesquisa bibliográfica que deu bases para fundamentar o trabalho. A análise da literatura seguiu uma ordem cronológica, indo desde contexto histórico, político e social do Brasil, conceito de população em situação de rua, desproteção social, representação social, entre outros, até discussões sobre proibicionismo e política de redução de danos.

Além disso, para desenvolver o produto analisou-se conteúdos sobre documentários, seus tipos, formas de construção, como desenvolver roteiros e argumentos e etc.

Com o tema escolhido, iniciou-se a etapa de observação do objeto de estudo. A partir daí a escolha do foco do trabalho, que na ocasião, era relação entre os comerciantes locais e a população em situação de rua de Santo Antônio de Jesus focando nas questões do assistencialismo e a (des) proteção social. Nesse período, foi fundamental a visita para observação simples do trabalho de cuidados e redução de danos realizado pelo Programa Corra pro Abraço, em Salvador –BA. Tive a oportunidade de passar o dia 27 de fevereiro de 2018, das 9h às 20h30, nas atividades realizadas na sede do programa, bem como, ir para a visita de campo no Aquidabã e observar detalhadamente o trabalho social desenvolvido.

Já a segunda etapa, diz respeito a elaboração dos roteiros e ida a campo, que ocorreu entre os dias 10 de maio à 20 de junho de 2018. A partir disso, iniciou-se os primeiros contatos com as pessoas em situação de rua que circulam no centro de Santo Antônio de Jesus e os comerciantes locais, logo após, as entrevistas.

Contudo, percebeu-se a necessidade de mudança no foco devido ao o discurso camuflado dos comerciantes sobre informações importantes, as quais, retratavam a relação assistencialista entre estes e as pessoas em situação de rua. Além disso, tivemos vários problemas técnicos com as gravações. Posto isto, o foco passou a ser

captar a percepção das pessoas em situação de rua, gestores públicos, lideranças políticas, religiosas e comerciantes de Santo Antônio de Jesus, sobre as causas e necessidades desta população.

Desta maneira, fez-se necessário construir novos roteiros de entrevista e novas gravações. Sendo assim, durante o período de 03 a 20 de agosto de 2018, foram realizadas novas entrevistas com duração média de 50 minutos cada uma. Os roteiros podem ser conferidos nos apêndices.

Finalizadas as etapas anteriores, a próxima, consistiu nos processos de edição e montagem, os quais foram realizados em parceria com um estudante do PET-Cinema do CAHL/UFRB.

Deste modo, fez-se a decupagem que consiste em selecionar cenas, áudios e planos. Nesta etapa, o roteiro foi redefinido, assim como a sequência das cenas e falas, as trilhas sonoras, fotos da Internet e poesia, afim de costurar um debate crítico e uma identidade para o documentário.

6. LIMITAÇÕES ENCONTRADAS

Diversas foram as dificuldades encontradas para a realização deste documentário, sendo importante destacar as mais relevantes. Inicialmente, por não possuir vínculo direto com o público, a primeira dificuldade encontrada foi acessar às pessoas em situação de rua que circulam no centro de Santo Antônio de Jesus. Com a abertura dos estabelecimentos comerciais, há uma grande dispersão desse grupo, além da alternância dos locais de pernoite e revezamento nas atividades laborativas. Mesmo após realizar alguns contatos com pessoas e grupos que já possuíam algum tipo de vínculo com as pessoas em situação de rua, tive dificuldades para conseguir a autorização para gravar as entrevistas em filme, pois rejeitavam a exposição por vários motivos, inclusive por várias estarem em situação de conflito com a lei.

A agenda repleta de compromissos dos demais entrevistados prejudicou o cronograma de atividades, ocasionando assim, atrasos significativos para conclusão do trabalho.

Outro aspecto limitador foi o período junino em Santo Antônio de Jesus, quando deveriam ocorrer as principais gravações. Dado o aumento na circulação de pessoas,

movimento no comércio e, conseqüentemente, a dispersão das pessoas em situação de rua o período inviabilizou a realização das entrevistas, gerando grandes atrasos.

É relevante citar que, a falta de recurso financeiros, impossibilitou a escolha de uma equipe técnica para gravação e montagem do filme. Desse modo, foi fundamental a busca por parcerias para realizar todas as etapas.

7. DELINEAMENTO DO PRODUTO

Apresenta-se a seguir as particularidades do produto escolhido: vídeo documentário. Os tópicos abaixo descrevem os processos de montagem e elaboração deste produto até sua fase final.

7.1. Formato

Ao escolher um documentário como produto tecnológico, a proposta foi dar voz e expressão aos entrevistados, para que pudessem revelar o que compreendem sobre o problema discutido, - a situação de rua.

Desta forma, o que compreendemos por documentário? “Todo filme é um documentário. Mesmo a mais extravagante das ficções evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela” (BILL NICHOLS, 2005, p.26). Segundo o autor, existem duas espécies de documentários: o de satisfação de desejos, ficção e o de representação social, não ficção. A ficção concretiza a manifestação dos nossos desejos, já a não ficção expressa a compreensão da realidade.

Desta maneira, a opção pela escolha do documentário de representação social, se deu pela flexibilidade em retratar às questões que precisam de atenção especial e trazer a realidade das pessoas em situação de rua em Santo Antônio de Jesus, o que agrega valor ao tema escolhido.

Ademais, a autenticidade facultada ao formato escolhido, possibilitou que os locais selecionados para as entrevistas fossem escolhidos de acordo com identidade de cada entrevistado, ou seja, lugares nos quais trabalham, vivem, interagem, numa

tentativa de preservar suas identidades e demonstrar pertencimento ao lugar de fala, bem como adentrar no realismo de suas histórias. Todavia, isso não foi possível com todos os entrevistados.

7.2. Duração

O vídeo documentário é uma produção cinematográfica de curta metragem, por este motivo, deve ter duração máxima de 15 minutos, conforme o capítulo II, artigo 5º, cláusula VII da Instrução Normativa de nº. 36 da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), de 14 de dezembro de 2004.

Por esta razão, “Me vê diferente... Me vê normal...” tem duração de 12 minutos e 04”. Quanto ao material bruto, este, teve duração aproximada de 54 horas de gravação.

7.3 Sinopse

A população em situação de rua passa por um processo de desumanização no cotidiano, tendo seus direitos violados. Sem acesso a direitos básicos a saúde, educação, alimentação, moradia, trabalho formal, entre outros, vivenciam situações de extrema vulnerabilidade e desproteção social. A perda de vínculos familiares e comunitários, a violência, o uso abusivo de drogas, os preconceitos e estigmas, a exploração e o assistencialismo, a técnica e a religiosidade, o direito e a ajuda, são questões relatadas neste documentário (curta metragem). “Me vê diferente... Me vê normal...” traz diferentes olhares e depoimentos de pessoas em situação de rua, lideranças políticas e religiosas, gestores públicos e comerciantes de Santo Antônio de Jesus –BA sobre as pessoas em situação de rua.

7.4 Ficha Técnica

Direção: Tamara Barbosa Oliveira

Fotografia: Aldo Silva

Montagem: Gabriel Paz e Matheus Leone

Orientador: Prof. Dr. Edgilson Tavares de Araújo

Entrevistados:

Andiara Santos (Administradora de Empresas)

“Binho” (Pessoa em Situação de Rua)

Ediraldo Silva (Fotógrafo)

Ednailson Souza (Médium Espírita)

Emanuelle Silva (Diretora de Prevenção e Redução de Riscos e Danos da SJDHDS)

“Jo” (Pessoa em Situação de Rua)

Maria das Graças Andrade (Comerciante)

Marizete Figueredo (Comerciante)

Reinaldo Santos (Pastor)

Uberdan Cardoso (Vereador)

Vivaldo Gomes (Chaveiro)

Agradecimentos:

Ana Rosa Marques

Janaiany Miranda

Matheus Carvalho

PET Cinema - UFRB

7.5 Personagens

“Me vê diferente... Me vê normal...” é um documentário baseado em entrevistas. Traz os depoimentos de onze personagens sendo 10 diretamente envolvidos no cenário político e social de Santo Antônio de Jesus e 01 gestora pública do Governo do Estado da Bahia, por estar vinculada a políticas de drogas e pessoas em situação de rua. Estes costuram a história do filme por meio de um rico debate, evidenciando as várias contradições existentes e reforçando o argumento do filme em busca de respostas para o problema elencado. Os personagens são:

- Andiara Santos- Administradora de Empresas
- “Binho” - Pessoa em situação de Rua
- “Jó” - Pessoa em Situação de Rua

- Ediraldo Silva- Fotógrafo
- Ednailson Sousa- Mídium
- Emanuele Silva - Gestora Pública do Governo do Estado
- Maria das Graças- Comerciante local
- Marizete de Oliveira- Comerciante local
- Reinaldo Santos- Pastor
- Uberdan Cardoso- Vereador local
- Vivaldo Gomes- Chaveiro

7.6. Roteiro

	Cenas	Detalhes	Som:
1	Movimentação do centro da cidade e imagens de pessoas em situação de Rua.	Local: Av. Dr. Ursicino Pinto de Queiroz Manhã	Trilha sonora: Alagados-Paralamas do Sucesso.
2	Entrada do Título do trabalho	Título: Me vê diferente... Me vê preto.	normal..., com fundo
3	Falas dos representantes da sociedade em geral	No centro de Santo Antônio de Jesus Manhã	Som da movimentação do comércio ao fundo.
4	Fala de uma comerciante+ imagens do estabelecimento	No estabelecimento do proprietário Manhã	Som ambiente
5	Fala de uma Gestora Pública	No CAHL-UFRB Tarde	Som ambiente
6	Fala de Comerciante + imagens do estabelecimento	Estabelecimento do proprietário Manhã	Som ambiente
7	Fala de um líder religioso + Imagens da entrada e locais da instituição religiosa	Na instituição Religiosa Tarde	Som ambiente
8	Fala de um líder político + Imagens da câmara	Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus Tarde	Som ambiente
9	Fala de um líder religioso	Ambiente fechado	Som ambiente

10	Fala das pessoas em situação de rua	Local do centro em que trabalham. Manhã/Tarde	Som da movimentação do comércio ao fundo.
11	Intercalação de falas de pessoas em situação de rua com falas de comerciantes, lideranças políticas e religiosas.	Falas complementares, que falam acerca de trabalho.	Som ambiente
12	Fala das pessoas em situação de rua.	Falas complementares sobre estereótipos.	Som ambiente
13	Fala de líderes políticos e religiosos, comerciantes e gestora pública.	O conteúdo das falas é sobre serviços oferecidos por estas as pessoas em situação de rua.	Som ambiente
14	Fala de líderes políticos e religiosos, comerciantes e gestora pública.	A percepção que esses líderes tem com relação a pessoas em situação de rua.	Som ambiente
15	Intercalação de falas de pessoas em situação de rua com falas de comerciantes, lideranças políticas e religiosas.	Fala sobre estereótipos.	Som ambiente
16	Fala das pessoas em situação de rua.	Falas sobre dificuldade de trabalho.	Som ambiente.
17	Fechar com a fala de Binho.	Rosto de Binho e movimento com as mãos.	Trilha sonora: Preciso me encontrar- Cartola.

7.7 Público-alvo

Esse filme está voltado para ser assistido por diferentes públicos, tais como:

- pessoas em situação de rua;
- políticos da cidade de Santo Antônio de Jesus;
- estudantes e professores universitários;
- gestores de ONGs que atuam na área da pessoa em situação de rua;
- comerciantes locais de Santo Antônio de Jesus; Entre outros.

7.8 Processo de Edição

Para dar formato ao documentário é necessário percorrer algumas etapas de produção. O material bruto sofreu alguns cortes. Logo após, as gravações foram postas em ordem na linha do tempo, e novamente sofreram cortes, desta vez mais básicos.

O material foi posto em modo de exibição e isso possibilitou a análise crítica que identificou a necessidade de algumas mudanças.

A próxima etapa foi uma edição mais detalhada. Nessa fase, os depoimentos foram costurados de modo a dar sentido às discussões. Feitas as primeiras provas do produto, esse passou pelo crivo do orientador do TCC que fez uma série de sugestões de mudanças de acordo com o problema e objetivo do trabalho.

A partir daí começam as correções das cores, inserção da trilha sonora, tratamento e sincronização do áudio. Assim, o produto chegou a sua fase final.

7.9. Veiculação

O vídeo documentário será divulgado entre a comunidade acadêmica do CAHL-UFRB, nas redes sociais e publicado nas seguintes plataformas de comunicação:

YouTube, Facebook, Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, esta, por meio da Assessoria de Comunicação (ASCOM).

7.10. Orçamento

Orçamento Estimado:

PRODUTO	QTD	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	OBS.
Câmara, Microfone e Tripé	03	300,00	2.400,00	Diária
Operador de Câmera	1	496,16	3.969,28	Diária
Editor/Montador	1	578,83	578,83	Por Filme
Transporte	04	20,00	80,00	Diária
Alimentação	04	50,00	200,00	Diária
TOTAL	-	1.444,99	7.228,11	-

Orçamento Real:

PRODUTO	QTD	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL	OBS.
Câmara, Microfone e Tripé	03	Empréstimo no setor do CAHL/ UFRB		Diária
Operador de Câmera	1	Voluntário		Diária
Editor/Montador	1	Parceria PET Cinema UFRB/CAHL		Por Filme
Transporte	04	20,00	80,00	Diária
Alimentação	04	50,00	200,00	Diária
TOTAL	-	70,00	280,00	-

8. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se como resultados desta pesquisa dar visibilidade ao problema endereçado, chamar a atenção da prefeitura de Santo Antônio de Jesus para a realidade da população em situação de rua local, fomentar discussões sobre a criação de planos, programas e/ou projetos sociais com foco na referida população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A; RIZZOTTI, M. A desproteção social no âmbito do SUAS: um estudo a partir da realidade cotidiano das famílias atendidas no CREAS. A gestão da proteção social em debate. Editora do CCTA. E-book, p. 119-135, João Pessoa, 2016. Disponível em: < <http://www.ccta.ufpb.br/ccta/contents/publicacoes/ebook-a-gestao-da-protECAo-social-em-debate> > Acesso em: 13 de set. 2017.

VIEIRA, F.C.F; CONSERVA, M.S. A gestão da proteção social no SUAS: pelejas, dilemas e conquistas. A gestão da proteção social em debate. Editora do CCTA. E-book, p. 49-66, João Pessoa, 2016. Disponível em: < <http://www.ccta.ufpb.br/ccta/contents/publicacoes/ebook-a-gestao-da-protECAo-social-em-debate> > Acesso em: 13 de ago. 2018.

AGUIAR, Maria Magalhães, IRIART, José Alberto Bernstein. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvados, Bahia, Brasil. **Caderno Saúde Pública**, p. 115-124, Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Edgilson Tavares. Gestão Social e a Política Pública de Assistência Social. Curso Gestão Social. Fundação Demócrito Rocha. p. 196-214, Fortaleza, 2017.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 dezembro de 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2018.

BRASIL. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília-DF, 2008. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tijacao.pdf>. Acesso em: 30 de abr. 2016.

BRASIL. NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada. Brasília-DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf> Acesso em: 13 de ago. 2018.

BRASIL. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Brasília-DF: IPEA, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819>. Acesso em 23 de ago. 2018.

BRASIL. M. S. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a usuários de Álcool e outras Drogas. Brasília: M.S, 2004.

CASTEL, Roberto. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: **Vozes**, 1998.

COSTA, Ana Paula Motta. População em Situação de Rua: contextualização e caracterização. **Revista virtual Textos & Contextos**, v. 04, nº 1, dez. 2005.

FERREIRA, F. V. e ALVES, M. P. Representações Sociais dos Moradores de Rua no Jornal Correio Braziliense: Exclusão, dessemelhança e violência. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.9, n.3, p.35-56, TRIII, 2015. ISSN 1980-7031.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292870> Acesso em: 20 de ago.2018.

LEAL, Giuliana Franco. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu- MG, 2004.

MARTINEZ. Mariana. Medina. O corpo em movimento: uma etnografia da corporalidade dos trecheiros de São Carlos. In. Anais do Seminário Nacional Pessoas em Situação de Rua: perspectivas e políticas públicas. ISSN: 1984-3461 Vol.1, n.1, p. 77-86, São Carlos, 2008. Disponível em: <<http://www.senaposirua.ufscar.br/anais-do-seminario-1>> Acesso em: 01 fev. 2018

MATTOS, Ricardo. Mendes: FERREIRA, Ricardo. Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Revista**

Psicologia e sociedade, n. 16 (2), p. 47-58, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v16n2/a07v16n2.pdf>> Acesso em: 09 abr. 2018.

MORAES, C. C. P.; TAVARES, L. A.; SOUZA, R. B. Três tempos de caridade, assistência e filantropia em Goiás. **História: Questões & Debates**, vol. 65, n.1, p. 23-53. Curitiba 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/cliente/Downloads/53883-208331-1-PB.pdf > Acesso em: 16 mar. 2018

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, E. P. Juventude: novo alvo da exclusão social. In: BURSZTYN, M. (Org.). No meio da rua: nômades excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 121-138. Disponível em: <http://www.academia.edu/9157622/No_Meio_da_Rua_n%C3%B4mades_exclu%C3%ADdos_viradores> Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA, Tiago Lemões da. A rua como espaço de interação social: Um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos criativos. **Revista Antropolítica**, n. 29, p. 131-149, Niterói, 2010.

SILVA E ARAÚJO. A ação pública de redução de danos para usuários de drogas no projeto Corra pro Abraço: um caso de gestão social na definição de problemas público? ST6. Gestão Social e Políticas Públicas. p.25, Salvador, 2015.

SILVA. Emanuelle Santos. Inovação em Políticas Públicas sobre Drogas: Uma análise argumentativa sobre o Projeto Corra Pro Abraço. Salvador, 2016.

Sposati, Aldaíza. Do assistencialismo à assistência social: o modelo de seguridade social brasileiro. p. 15, Madri, Espanha, nov. 2004.

KUNZI, G. S; HECKERTI, A. L. H e CARVALHOI, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. Fractal, **Rev. Psicol.** v. 26 – n. 3, p. 919-942, Set./Dez. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICE A

Roteiro Semiestruturado para Gestor/a Público/a, Comerciantes, Lideranças Políticas e Religiosas

- 1) Quem são as pessoas em situação de rua?
- 2) Para você quais os motivos que levam as pessoas a viverem em situação de rua?
- 3) De quem é a responsabilidade sobre os problemas enfrentados por essas pessoas e as consequências destes problemas para a sociedade? Por que?
- 4) Você desenvolve alguma ação voltada para as pessoas em situação de rua?
Explique
- 5) Quais as suas motivações para desenvolver essas ações?
- 6) Na sua opinião, o que as pessoas em situação de rua mais necessitam?
- 7) Como você vê a questão do uso de drogas e a situação de rua?
- 8) Como você vê a atuação da polícia e dos órgãos de defesa de direitos com relação a população em situação de rua?
- 9) O que é a rua para você?

Roteiro Semiestruturado para Pessoas em Situação de Rua

- 1) Fale um pouco de sua história e sua relação com a rua.
- 2) O que leva alguém para a rua?
- 3) Como você acredita que a sociedade enxerga as pessoas em situação de rua e como gostariam de ser enxergadas?
- 4) Como você vê a questão dos preconceitos com relação a população em situação de rua? Você já foi vítima de preconceito e discriminação?
- 5) Quais os principais desafios para viver na rua?
- 6) Como você vê a atuação dos projetos sociais cotados para pessoas em situação de rua, desenvolvidos pelo governo, pelas ONGs e pelas igrejas? Fale das suas experiências nesse sentido.
- 7) Você conhece bem os seus direitos?
- 8) Você faz parte de algum movimento social? Fale a respeito.
- 9) Na sua opinião, o que as pessoas em situação de rua mais necessitam?
- 10) Como você vê a questão do uso de drogas e a situação de rua?
- 11) Como você vê a atuação da polícia e dos órgãos de defesa de direitos com relação a população em situação de rua?
- 12) O que é a rua para você?
- 13) Quais suas expectativas de futuro?

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Autorização de Uso de Imagem, Som de Voz e Nome

Eu, _____ portador do documento de identificação nº _____, autorizo o uso de minha imagem, som da minha voz e nome por mim revelados em depoimento pessoal concedido e, além de todo e qualquer material entre fotos e documentos por mim apresentados, para compor o vídeo documentário sobre a **Relação entre a população em situação de rua de Santo Antônio de Jesus e os comerciantes locais**, como produto tecnológico para Trabalho de Conclusão de Curso do Curso superior de tecnologia em Gestão Pública, do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E que estas sejam destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo histórico.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado *Multimídia*, "home video", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo sem qualquer ônus a UFRB ou terceiros por esses expressamente autorizados, que poderão utilizá-los em todo e qualquer projeto e/ou obra de natureza sócio-cultural voltada à preservação da memória, em todo território nacional e no exterior.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Santo Antônio de Jesus-Ba, ____ de _____ de 2018.

Assinatura